



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES

DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

CADERNO DE ENCARGOS

Prestação de serviços de apoio técnico à contratação do projeto

SIA - Simulador de Apoio e Incentivos



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Local da prestação de serviços	3
Cláusula 3. ^a Preço base	3
Cláusula 4. ^a Duração do contrato	3
Cláusula 5. ^a Condições de pagamento	3
Cláusula 6. ^a Direitos de propriedade intelectual e industrial	4
Cláusula 7. ^a Sigilo	4
Cláusula 8. ^a Proteção de dados pessoais	5
Cláusula 9. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação	5
Cláusula 10. ^a Deveres de colaboração recíproca e informação	5
Cláusula 11. ^a Seguros	6
Cláusula 12. ^a Foro competente	6
Cláusula 13. ^a Legislação aplicável	6
CLÁUSULAS TÉCNICAS	7
Cláusula 14. ^a Descrição técnica do contrato	7
Cláusula 15. ^a Mecanismos formais de acompanhamento	7
Cláusula 16. ^a Sanções	6
ANEXO TÉCNICO I	9



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

- 1- O contrato a celebrar tem como objeto a aquisição de **Prestação de serviços de apoio técnico à contratação do projeto SIA - Simulador de Apoio e Incentivos**, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Local da prestação de serviços

- 1- Os serviços são prestados remotamente ou presencialmente, nas instalações da Direção Regional das Comunicações e Transição Digital, sita na Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, n.º6 - 8º Piso. 9500-119 Ponta Delgada, ilha de São Miguel, conforme a entidade adjudicante entenda necessário.
- 2- Todas as despesas relativas a deslocações e alojamento estão incluídas no preço constante da proposta.

Cláusula 3.^a

Preço base

- 1 - O preço base é de € 53.760,00 (cinquenta e três mil, setecentos e sessenta euros).
- 2 - São excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base.

Cláusula 4.^a

Duração do contrato

O contrato terá a duração de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 5.^a

Condições de pagamento

- 1 - A faturação é efetuada nos seguintes termos:
 - a) 80% na conclusão dos itens 1), 2) e 3) do ponto 2 do Anexo Técnico I ao Caderno de Encargos, pendente de Auto de Aceitação por parte do adjudicante;
 - b) 20% na conclusão do item 4 do ponto 2 do Anexo Técnico I ao Caderno de Encargos.
- 2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da receção das faturas correspondentes, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
- 3 - Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a entidade adjudicante emite um número de compromisso válido e sequencial, que o cocontratante deverá indicar nas faturas.



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.
- 5 - O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia da entidade adjudicante.

Cláusula 6.ª

Direitos de propriedade intelectual e industrial

- 1 - São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2 - O cocontratante obriga-se a transferir a posse e a propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a entidade adjudicante incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
- 3 - Se a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no presente artigo, o cocontratante responderá nos termos do disposto no artigo 447.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª

Sigilo

- 1 - O cocontratante obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade da entidade adjudicante ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
- 2 - A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
- 4 - O cocontratante assume igualmente o compromisso de remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com os dados e processos analisados e que a entidade adjudicante lhe indique para esse efeito.
- 5 - O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

- 6 - O cocontratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

Cláusula 8.^a

Proteção de dados pessoais

- 1 - O Cocontratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designadamente o disposto no artigo 28.º, bem como legislação complementar aplicável.
- 2 - Quando solicitado, o Cocontratante obriga-se a apresentar ao Contraente Público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento das disposições relativas à proteção de dados.

Cláusula 9.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem prévia autorização da entidade adjudicante.

Cláusula 10.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 11.^a

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro de responsabilidade civil extracontratual destinados a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes, nos termos da legislação em vigor, e de riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo nas apólices constar uma cláusula pela qual a entidade se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da prestação de serviços.
- 2 - O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, à exceção dos que foram exigidos nos documentos de habilitação, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.
- 3 - As condições estabelecidas nos números anteriores abrange igualmente a atividade dos empregados, assalariados, mandatários ou pessoas diretamente envolvidas na atividade do segurado quando ao serviço deste e desde que sobre elas recaia também a obrigação de indemnização, bem como os eventuais



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

consultores que venham a ser agregados, mesmo que em tempo restrito, respondendo o prestador de serviço perante a Contraente Público pela sua observância.

- 4 - Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correm por conta do prestador de serviços.

Cláusula 12.^a

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Ponta Delgada.

Cláusula 13.^a

Legislação aplicável

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos da Região Autónoma dos Açores, no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 14.^a

Descrição técnica do contrato

O objeto do contrato consiste na **Prestação de serviços de apoio técnico à contratação do projeto SIA - Simulador de Apoio e Incentivos**, de acordo com as características, especificações e quantidades que constam do Anexo Técnico I ao presente caderno de encargos.

Cláusula 15.^a

Mecanismos formais de acompanhamento

1. A entrega dos itens 1), 2) e 3) do ponto 2 do anexo técnico I estão sujeitos à aceitação expressa da entidade adjudicante.
2. Se o previsto na alínea anterior não estiver de acordo com o pretendido pela entidade adjudicante, o adjudicatário deverá proceder à sua alteração, em conformidade com as exigências do caderno de encargos, devendo esta definir o prazo máximo, em dias para a sua alteração/modificação, na comunicação formal de não aceitação.
3. Deve o adjudicatário estar disponível para reuniões remotas, ou presenciais, de acordo com a Cláusula 2^a do caderno de encargos, de forma a garantir o cumprimento do n.º 3 do anexo técnico I.



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

Cláusula 16.^a

Sanções

4. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, em montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega, indicados no ponto 3 do anexo técnico I, 0,5% (meio ponto percentual) do preço contratual por cada dia de atraso.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
6. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
7. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
8. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

ANEXO TÉCNICO I

Prestação de serviços de consultoria de apoio técnico à contratação do projeto SIA - Simulador de Apoio e Incentivos

1. Enquadramento

O PRR prevê a implementação de um conjunto de reformas e investimentos que visam a retoma do crescimento económico sustentado da Região através diversos projetos com grande potencial e impacto positivo em todas as principais áreas económicas da nossa comunidade regional, e neste caso, focados na digitalização das empresas, serviços prestados ao cidadão e modernização da administração pública.

Mais especificamente, a linha de ação “APR + Proativa”, da Componente 19 do PRR regional, visa operar os projetos necessários para criar um ecossistema de sistemas de informação que permita disponibilizar serviços transacionais online, centrados nas necessidades dos Cidadãos e Empresas, alterando o paradigma da prestação de serviços para uma lógica proativa. Entre os projetos previstos na linha de ação APR + Proativa, conta-se o desenvolvimento e implementação do Simulador de Incentivos e Apoios, incluindo ferramentas de *frontoffice* e *backoffice* integradas e baseadas em tecnologias emergentes e disruptivas.

Na prossecução das suas atribuições e competências, a Administração Pública Regional, através dos seus departamentos, agências e entidades, disponibiliza um conjunto alargado de serviços, onde se incluem diversos tipos de incentivos e apoios nos diversos domínios e áreas de atuação do GRA. Considerando a heterogeneidade dos diversos incentivos e apoios existentes, torna-se pertinente desenvolver uma solução agregadora que promova junto aos cidadãos, empresas e demais entidades um maior conhecimento das tipologias de incentivos e apoios disponíveis, com atualização contínua, e que disponibilize a informação relevante e adequada acerca dos incentivos / apoios que respondem às necessidades dos mesmos.

Esta solução passará pela criação de um simulador de incentivos e apoios que deverá, com base na recolha de dados/parâmetros de verificação, auxiliar o potencial beneficiário a identificar o apoio ou incentivo que melhor se adequa ao pretendido, bem como as regras de acesso, procedimentos associados, simulação da elegibilidade da candidatura e, nos casos aplicáveis, simular a taxa de participação esperada e/ou o respetivo valor (estimado) do apoio, baseado com o potencial recurso de implementação de Inteligência Artificial e *Machine learning*.

1.1. Características gerais do serviço de consultoria para apoio à contratação do SIA - Simulador de Incentivos e Apoios

A criação de um Simulador de Incentivos e Apoios envolve a realização de investimentos no desenvolvimento e implementação de uma plataforma de simulação (doravante designada por simulador), destinada a fornecer ao potencial beneficiário a possibilidade de selecionar e simular os apoios e incentivos dos quais poderá



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

usufruir, de acordo com a recolha e verificação de dados/parâmetros previamente feita pelo simulador, quer seja através de questões específicas, quer seja através dos dados gerais que são comuns a qualquer serviço/apoio.

Devido à elevada complexidade do projeto e ao investimento para a sua concretização, afigura-se necessário assegurar, com eficácia, a conceção da arquitetura e os requisitos funcionais, técnicos e tecnológicos da solução. Por outro lado, no âmbito do procedimento de contratação pública importa, não só, dar particular atenção à definição dos fatores e subfatores que integrarão os critérios de adjudicação, mas também mobilizar as competências técnicas adequadas para assegurar uma avaliação rigorosa das propostas dos concorrentes. Assim, o presente procedimento implica o desenvolvimento do caderno detalhado de requisitos funcionais, técnicos, tecnológicos e jurídicos para desenvolvimento do Simulador de Incentivos e Apoios e respetivo backoffice interoperável, incluindo a prestação de apoio técnico ao procedimento de contratação..

1.2. Âmbito do procedimento de contratação designado por “Simulador de Incentivos e Apoios da Administração Pública dos Açores”

O projeto “Simulador de Incentivos e Apoios da Administração Pública Regional” implica o fornecimento, instalação e suporte de uma plataforma de simulação de incentivos e apoios financeiros que têm como destinatários/utilizadores finais os cidadãos, empresas e demais entidades. O objetivo principal da solução a implementar centra-se na disponibilização de uma plataforma agregadora que facilite aos diversos públicos o conhecimento do portfólio de apoios e incentivos da Administração Pública regional, disponíveis a cada momento, e promova uma resposta adequada aos seus objetivos/necessidades.

Para o cumprimento deste objetivo, a plataforma deverá:

- Identificar, tipificar e congregar o acesso aos apoios e incentivos conferidos e geridos por entidades da Administração Pública Regional que estejam ativos a cada momento;
- Permitir ao utilizador encontrar apoios e incentivos que respondam à sua necessidade/objetivo, através de mecanismos de busca e filtragem, mas, sobretudo, através da utilização de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial;
- Permitir ao utilizador realizar uma simulação do apoio/incentivo e que contemple os diversos parâmetros que o caracterizam, nomeadamente as condições de elegibilidade e acesso, os mecanismos de formalização de candidatura, as taxas de participação financeira, entre outros;
- Após a simulação, o utilizador, caso assim o entenda, deverá ainda ter a possibilidade de avançar / ser reencaminhado para a execução do serviço online por integração com o portal de serviços
- A solução preconizada deve ainda possibilitar a interligação com diferentes sistemas do ecossistema do Governo Regional, como o Catálogo de Entidades e Serviços, Intranet, Gestão Documental, Autenticação entre outros;
- Facilitar e promover o envolvimento dos beneficiários na ótica da cocriação de apoios e incentivos.



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

A operacionalização deste projeto envolve a identificação e mapeamento inicial, bem como a tipificação dos apoios e incentivos existentes e o levantamento detalhado dos seus workflows e dependências. A inventariação dos apoios/incentivos deverá, numa primeira fase, assentar na identificação e levantamento detalhado de 5 (cinco) serviços transacionais (entende-se por “serviço”, neste contexto, um serviço de concessão de apoio ou incentivo), cuja simulação na plataforma de simulador - na qualidade de MVP - Produto Mínimo Viável - deverá estar funcional até ao termo do 2º trimestre de 2023. Numa segunda fase, o simulador deverá estar operacional com um mínimo de 15 serviços transacionais, até ao termo do 2º trimestre de 2024.

É parte integrante do projeto a conceptualização de uma framework/metodologia que permita agilizar o mapeamento e inclusão de outros e novos serviços de apoio/incentivo. Esta estrutura de trabalho deverá ser seguida pelo fornecedor num total de 50 serviços até ao termo do contrato (final do 3º trimestre de 2025). O projeto inclui também serviços de formação e treino dos recursos humanos (RH) internos da Administração Pública Regional de modo a permitir o carregamento autónomo de novos serviços na plataforma, bem como a gestão do ciclo de vida dos serviços preexistentes, quando necessário. Isto inclui formação na utilização da framework para o mapeamento e carregamento de novos serviços no simulador, bem como a capacitação de RH para a operação e manutenção da plataforma tecnológica a desenvolver.

Entre os serviços de desenvolvimento e implementação do simulador de apoios/incentivos, estará igualmente previsto o levantamento de dependências tecnológicas com outros sistemas da Administração Pública Regional que possam impactar no desenho e implementação da solução. Todo o projeto deverá cumprir a normativa vigente nas dimensões da interoperabilidade de sistemas e dados, usabilidade, acessibilidade, segurança e proteção de dados pessoais.

Adicionalmente, quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças estarão incluídos nas propostas financeiras dos concorrentes ao procedimento público de aquisição para o futuro contrato de desenvolvimento e implementação do SIA - Simulador de Apoio e Incentivos.

2. Requisitos técnicos da consultoria para apoio à contratação do SIA - Simulador de Incentivos e Apoios

Para apoiar a realização de um procedimento de contratação pública, são solicitados os seguintes serviços:

- 1 - Conceção da arquitetura da solução de acordo com o ponto 1;
- 2 - Especificação dos requisitos funcionais e técnicos, incluindo as respetivas fases de prestação dos serviços, e definição dos critérios de implementação da plataforma;
- 3 - Elaboração do caderno de encargos e do programa de concurso, incluindo os fatores e subfatores que densificam os critérios de avaliação;
- 4 - Assessoria técnica ao júri do concurso:
 - a. No âmbito da elaboração de respostas aos pedidos eventuais de esclarecimento técnico, apresentados pelos concorrentes, relativamente às peças do concurso;



PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNICAÇÕES E TRANSIÇÃO DIGITAL

- b. Na apreciação e classificação das propostas, segundo os fatores e subfatores que densificam os critérios de avaliações;
- c. Na elaboração de pedidos de esclarecimento, a remeter pelo júri do concurso aos concorrentes, quando se revelem necessários para um entendimento adequado das respetivas propostas;
- d. Na elaboração de relatório preliminar de avaliação das propostas;
- e. Na elaboração de respostas a eventuais contestações apresentadas pelos concorrentes, ao abrigo do direito de audiência prévia;
- f. Na elaboração do relatório final de avaliação das propostas.

3. Planeamento e entregáveis

O cocontratante obriga-se a desenvolver a prestação de serviços objeto deste procedimento de acordo com o seguinte:

- 1 - Entrega dos pontos 1), 2) e 3) do número anterior, 30 dias após assinatura de contrato;
- 2 - Concretização da alínea 4) do número anterior, de acordo com o fluxo do procedimento objeto do futuro concurso “Simulador de Incentivos e Apoios da Administração Pública Regional dos Açores”, cuja prestação decorrerá ao longo de um máximo de 180 dias após a assinatura do contrato.